

EDcl no AgInt nos EDcl na AÇÃO RESCISÓRIA Nº 5.853 - MT (2016/0196287-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
EMBARGANTE : G M D
ADVOGADOS : ADRIANO DE AZEVEDO ARAUJO E OUTRO(S) - MT013179B
RODOLFO BAGATELLI GONÇALVES - MT021452
ADRIANO DE AZEVEDO ARAUJO E OUTRO(S) - MT013179B
RODOLFO BAGATELLI GONÇALVES E OUTRO(S) - MT021452
EMBARGADO : A D
ADVOGADO : JOSÉ CARDOSO DUTRA JUNIOR E OUTRO(S) - DF013641
ADVOGADA : RACHEL REZENDE BERNARDES E OUTRO(S) - DF016376
ADVOGADOS : HILDETE ABINADER DA SILVA DUTRA E OUTRO(S) - DF022329
RODRIGO LEONARDO DE MELO SANTOS E OUTRO(S) - DF042203
GUILHERME SOARES VILA LIMA E OUTRO(S) - DF050798

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NA AÇÃO RESCISÓRIA - MEDIDA EXCEPCIONAL - HIPÓTESES TAXATIVAS - DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DE VIOLAÇÃO LITERAL DE DISPOSITIVO LEGAL - INEXISTÊNCIA, NA HIPÓTESE - DELIBERAÇÃO MONOCRÁTICA QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO RESCISÓRIO.

INSURGÊNCIA DA EMBARGANTE.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o artigo 1.022 do NCPC (art. 535 do CPC/73), o que não se configura na hipótese em tela, porquanto o aresto deste órgão fracionário encontra-se devida e suficientemente fundamentado. Inexistindo quaisquer das máculas previstas nos aludidos dispositivos, não há razão para modificar a decisão impugnada. Precedentes.

2. Consoante asseverado na decisão agravada, a solução dada à controvérsia não se mostrou em nenhum momento teratológica, mas, sim, restou escolhida como uma daquelas cabíveis à resolução da demanda e ainda que desfavorável à autora da presente ação rescisória, não se revela ofensiva aos dispositivos legais ora suscitados, de modo que, inexistente a alegada ofensa literal a preceitos normativos, como exige a regra do art. 966, V, do CPC/2015.

3. Embargos de declaração **rejeitados**.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas,

Superior Tribunal de Justiça

acordam os Ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Marco Aurélio Bellizze, Moura Ribeiro, Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Antonio Carlos Ferreira e Ricardo Villas Bôas Cueva votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Nancy Andrigli.

Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator